

DESAFIOS E POTENCIALIDADES NAS AQUISIÇÕES DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DA UFMS E UFGD

CHALLENGES AND POTENTIALITIES IN FOOD ACQUISITIONS FROM FAMILY FARMING IN UNIVERSITY RESTAURANTS AT UFMS AND UFGD

Autora: Diana Kátia de Lima

Filiação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande MS

E-mail: *katia.lima@ufms.br*

Autora: Caroline Pauletto Spanhol

Filiação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Docente da Escola de Administração e Negócios (ESAN), Campo Grande MS

E-mail: *caroline.spanhol@ufms.br*

Autora: Christiane Marques Pitaluga

Filiação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Docente da Escola de Administração e Negócios (ESAN), Campo Grande MS

E-mail: *christiane.pitaluga@ufms.br*

Grupo de Trabalho (GT10) Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo.

Resumo

Os Restaurantes Universitários (RUs) desempenham um papel essencial na promoção da alimentação saudável e na inclusão social dentro das Instituições de Ensino Superior (IES). Desde 2012, o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Institucional (PAA-CI) tem permitido que os RUs adquiram alimentos diretamente da Agricultura Familiar (AF), fortalecendo essa relação sem a necessidade de licitação. Este estudo investigou o processo de aquisição de alimentos da AF nos RUs da UFMS e da UFGD, utilizando uma abordagem qualitativa com análise documental e entrevistas semiestruturadas. Na análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin, com auxílio do software Iramuteq. Os resultados mostraram que ambas as instituições reconhecem a importância da compra de alimentos da AF, mas ainda enfrentam desafios na sua implementação. A UFGD apresentou ações mais concretas, como a fiscalização da empresa terceirizada e o planejamento de um projeto de conscientização para 2024. Já a UFMS vê na pesquisa uma oportunidade para ampliar o diálogo e fortalecer as compras da AF, principalmente com a inauguração do Mercado Escola da Agricultura Familiar. O estudo evidencia oportunidades e fragilidades no processo de aquisição de alimentos pelos RUs e sugere medidas para aprimorar a iniciativa, trazendo benefícios para a comunidade acadêmica, a sociedade e o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Compras Institucionais e Restaurantes Universitários.

Abstract

University Restaurants (URs) play an essential role in promoting healthy eating and social inclusion within Higher Education Institutions (HEIs). Since 2012, the Food Acquisition Program in the Institutional Purchase modality (PAA-CI) has allowed URs to purchase food directly from Family Farming (Family Farming), strengthening this relationship without the need for bidding. This study investigated the process of food acquisition from Family Farming in the URs of UFMS and UFGD, using a qualitative approach with documentary analysis and semi-structured interviews. The Bardin content analysis technique was used for data analysis, with the aid of Iramuteq software. The results showed that both institutions recognize the importance of purchasing food from Family Farming, but still face challenges in its implementation. UFGD presented more

concrete actions, such as the inspection of the outsourced company and the planning of an awareness-raising project for 2024. UFMS sees the research as an opportunity to expand dialogue and strengthen AF purchases, especially with the inauguration of the Family Farming School Market. The study highlights opportunities and weaknesses in the process of food acquisition by RUs and suggests measures to improve the initiative, bringing benefits to the academic community, society and regional development.

Key words: Family Farming, Public Policies, Institutional Purchasing and University Restaurants.

1. Introdução

As Universidades exercem um papel essencial por serem locais de debate sobre questões relevantes e desempenham uma função fundamental no apoio ao desenvolvimento regional, na transformação de realidades e na promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o benefício da comunidade (Triches *et al.*, 2023). Os Restaurantes Universitários (RUs) surgem como ambientes propícios para a promoção de uma alimentação saudável (Barroso, 2019). Neste contexto, a partir de 2012, a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CI) e o Decreto 8.473 de 2015 têm viabilizado a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF) pelos RUs, fortalecendo a relação entre a produção e o consumo.

Dentre as iniciativas implementadas pelo Estado, voltadas para o apoio à alimentação saudável e o desenvolvimento da agricultura familiar (AF), destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Lei Federal 11.947, sancionada em 2009, que fortalece a conexão entre alimentação escolar e a AF ao estabelecer que no mínimo trinta por cento do total dos recursos repassados pelo FNDE, para o atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação básica, deverão ser utilizados nas aquisições de gêneros alimentícios diretamente da AF e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (Brasil, 2009), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, regulamentado por diversos decretos, vigente nos dias atuais o Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, surgiu para auxiliar o fortalecimento da produção da AF, promovendo a inclusão social e diversificação de alimentos, favorecendo a redução das desigualdades no contexto rural (Brasil, 2003).

Desde sua criação, o PAA vem passando por estruturações nas modalidades de compras, e em 2012, o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, autorizou uma nova modalidade de compra: a modalidade Compra Institucional (CI), permitindo que os órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios comprem alimentos da AF com recursos próprios, dispensando o processo de licitação (Brasil, 2012).

O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, reforçou a determinação, a partir de 2016, da compra de alimentos provenientes de agricultores familiares e suas organizações para o abastecimento de instituições públicas federais. Incentivando a aquisição de produtos da AF local, próxima aos pontos de consumo (Giombelli, 2018). O referido Decreto sofreu revogações, estando vigente o Decreto 11.802/2023.

No entanto, mesmo após quase uma década da publicação do Decreto nº 8.473/2015, os estudos sobre a implementação dessas políticas nos Restaurantes Universitários, referem-se a regiões específicas do país como a Região Sul (Fernandes, 2013; Giombelli, 2018; Barroso, 2019; Parizotto, 2019; Triches *et al.*, 2022; Triches *et al.*, 2023), Minas Gerais (Assis, 2016) e Alagoas (Santos; Felix, 2022). Apenas o trabalho de Salgado, Souza, Ferreira (2021) apresenta uma análise geral das compras de alimentos nas IFES do país.

Dessa forma, considerando a relevância dos RUs para o atendimento nutricional diário dos estudantes, a sua potencialidade no desenvolvimento de uma alimentação saudável e no desenvolvimento da AF no estado de Mato Grosso do Sul, detectou-se a necessidade de

estudo específico envolvendo a temática dos maiores Restaurantes Universitários de MS, isto é, na UFMS e UFGD, instituições reconhecidas no estado, no Brasil e internacionalmente.

A UFMS é uma Instituição que possui mais de trinta e sete mil estudantes matriculados na Graduação e Pós-Graduação, deste total, aproximadamente vinte e sete mil estudantes concentram-se na Cidade Universitária, localizada em Campo Grande. A IFES classificou-se em 2023 como a 27ª melhor universidade do Brasil de acordo com o *ranking* internacional *Center for World University Rankings* (UFMS, 2023).

Enquanto a UFGD, apesar de ser uma das mais novas Universidades Federais do Brasil, atende mais de oito mil estudantes matriculados, conquistou o seu lugar na lista do *World University Rankings* em 2021, ficando na posição 126-150. *Ranking* que é considerado uma referência mundial em análise de ensino superior (UFGD, 2021). Cabe ressaltar que a pesquisa faz menção a um dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o objetivo 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.

Nessa perspectiva, objetiva-se compreender o processo de aquisição de alimentos provenientes da Agricultura Familiar pelos maiores restaurantes universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) de MS: UFMS e UFGD. Especificamente: a) Analisar a existência de possíveis entraves, fragilidades e potencialidades que permeiam o processo de compra de alimentos provenientes da agricultura familiar pelos RUs. e, b) Propor ações mais ajustadas e inclusivas para o aprimoramento do processo de aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar pelas IFES analisadas.

O artigo organiza-se em cinco seções: além desta introdução, e das considerações finais, a revisão bibliográfica, que aprofunda conceitos relevantes à análise; a metodologia, que detalha a caracterização, coleta, análise e interpretação dos dados; e os resultados e discussões, com foco no processo de aquisição de alimentos da AF na UFMS e UFGD.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Políticas Públicas de Incentivo à Agricultura Familiar: PNAE e PAA

Dentre as políticas públicas voltadas à AF e no contexto deste artigo, algumas merecem atenção: o PNAE, política pública que visa garantir o direito à alimentação escolar adequada e saudável a todos os estudantes da educação básica pública no país, e o Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra Institucional (PAA-CI), que tem como objetivo incentivar a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis por meio da compra direta pelo poder público.

O PNAE foi implantado no Brasil em 1979, sendo considerado o programa mais abrangente e duradouro na área de segurança alimentar e nutricional. O programa teve diversos avanços após sua criação, sobretudo nas últimas décadas, e esse aumento se deu, tanto em relação a alocação de recursos financeiros, como no aumento da cobertura populacional. Tem como relevante estratégia a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), favorecendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2009).

A Lei 11.947, promulgada em 2009, representa um marco significativo no fortalecimento do PNAE no Brasil. Ao estipular que trinta por cento dos recursos repassados pelo Programa devem ser destinados à compra direta de produtos da AF, essa legislação desempenha um papel crucial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e no fomento de mercados institucionais para os produtos da AF (Brasil, 2009).

Outra política pública relevante é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003, pelo artigo 19 da Lei 10.696, que tem como finalidades: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Brasil, 2003). O programa atua em

cinco modalidades, classificadas como: Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra com Doação Simultânea; Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo de Leite; e Compra Institucional (CI). Esta última modalidade deu início às ações de alimentação escolar de estados e municípios, e também à associação entre agricultura familiar e alimentação escolar (Camargo; Baccarin; Silva, 2013).

A modalidade Compra Institucional (PAA-CI), por meio de dispensa de licitação, é reconhecida como um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”, pois antes dessa autorização, todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir preceitos legais de isonomia e concorrência, ou seja, tinham que passar pelo processo licitatório (Salgado; Souza; Ferreira, 2021).

O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 reforçou a determinação no âmbito das entidades da Administração pública federal, o que abrange as Universidades Federais, na determinação de que, pelo menos, trinta por cento dos recursos deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações. O referido Decreto sofreu revogações, estando vigente o Decreto 11.802 de 28 de novembro de 2023.

Neste contexto, os mercados institucionais por meio das compras públicas têm ampliado a participação dos agricultores familiares nos mercados, pois tem o potencial de envolver as aquisições de alimentos realizadas pelos governos em todos os níveis: municipal, estadual e federal (Azevedo, 2016).

Mas essa ampliação ainda é limitada, pois, o agricultor familiar enfrenta algumas dificuldades como: a forma de produção restrita à produção familiar realizada na propriedade rural; opera predominantemente no mercado local, com menos oportunidades para se manterem bem informados e desenvolverem estratégias de mercado mais eficazes; dificuldade em atender aos requisitos documentais; a baixa capacidade de abastecimento em quantidade e variedade de produtos, além da dificuldade na regularidade das entregas e logística limitada para abastecimento fora do mercado local (Pitaluga; Le Bourlegat, 2022).

2.2 O Papel dos Restaurantes Universitários na Alimentação dos Estudantes

Os Restaurantes Universitários desempenham um papel significativo no contexto social das Instituições de Ensino Superior. Têm como missão produzir e disponibilizar refeições de alta qualidade a um preço acessível, para atender às necessidades da comunidade acadêmica (Cardoso *et al.*, 2018). A alimentação oferecida nos Restaurantes Universitários, configura-se como uma política pública alimentar que exerce impactos significativos na saúde coletiva, o que reforça a importância do Estado utilizar o poder de compra das instituições públicas para fornecer dietas de alta qualidade nutricional e também do ponto de vista ambiental (Lima; Paião; Triches, 2023).

Os Restaurantes Universitários além de servirem como locais para a prática de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), integram o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo principal garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica na universidade até a conclusão de sua graduação no ensino superior (Barroso, 2019).

Por meio do PNAES, são disponibilizados recursos financeiros destinados a subsidiar diversas necessidades estudantis, tais como moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura, entre outras. Esses recursos são monitorados e geridos pelas próprias Instituições (Brasil, 2010). Isto significa que os RUs, ao fornecerem um grande volume de refeições diárias à comunidade acadêmica, desempenham um papel fundamental como parte do Programa PNAES, destacando também como um dos principais dispositivos na promoção da SAN (Barroso, 2019).

Além desses aspectos, os RUs possuem a característica de serem espaços com potencial para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não apenas oferecem um serviço de refeições, mas também representam unidades de amplo envolvimento da comunidade acadêmica e comunidade externa, na medida em que agrega diversas relações incluindo trabalho, saúde e interações econômicas e sociais, tornando-se um verdadeiro centro de conexão (Parizotto, 2019).

Desse modo, as universidades federais, por meio de compras sustentáveis (em seus restaurantes), têm a oportunidade de serem as precursoras na disseminação do consumo consciente, atingir níveis mais elevados de sustentabilidade com os próprios recursos disponíveis, além de promover o desenvolvimento local e qualidade de vida (Santos, 2018).

3. Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, utilizando a pesquisa bibliográfica com a busca realizada em bases de dados acadêmicas como o Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Além disso, foram analisadas normativas relevantes sobre aspectos que envolvem a AF e as políticas públicas que auxiliaram o processo de evolução deste setor. O estudo envolveu a coleta de dados nas Instituições UFMS e UFGD, a pesquisa documental foi necessária para o uso de documentos oficiais, como editais, atas, relatórios, contratos.

Trata-se de uma investigação exploratória, além das fontes secundárias, a pesquisa utilizou-se de fontes primárias, ou seja, materiais originais como dados, informações e observações diretamente relacionados ao objeto de estudo (Richardson, 2009). Entre os dados primários, destaca-se as entrevistas que foram organizadas em ordem cronológica, para uma melhor compreensão dos acontecimentos diretamente relacionados ao objeto deste trabalho.

Quanto à escolha das Instituições, o estudo concentra-se em duas instituições reconhecidas no estado de MS: a UFMS e a UFGD. A UFMS conta com aproximadamente trinta e sete mil estudantes, enquanto a UFGD possui cerca de oito mil estudantes matriculados. O foco da pesquisa é direcionado aos Restaurantes Universitários das IFES, o RU da UFGD localizado na cidade de Dourados, e único restaurante da Instituição, e o RU da UFMS localizado na Cidade Universitária em Campo Grande.

As entrevistas foram realizadas nas duas Instituições, após a aprovação pelo Comitê de Ética das IFES. Os critérios de inclusão para a escolha dos participantes, foi intencional e levou em consideração o envolvimento do participante com o processo de aquisição de alimentos nos Restaurantes Universitários e/ou o envolvimento do participante nas refeições servidas nos RUs. Dessa forma, identificou-se o gestor/fiscal de contrato, o representante do restaurante universitário e o nutricionista de cada Instituição, como os maiores envolvidos no processo, totalizando seis entrevistas nas duas Instituições, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Grupo de entrevistados nas Instituições UFMS e UFGD

Instituição	Cargo	Identificação do entrevistado
UFMS	Gestor de Contrato	1
	Representante do RU	2
	Nutricionista	3
UFGD	Fiscal de Contrato	4
	Representante do RU	5
	Nutricionista	6

Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa interpretar as características, assim como os modelos que envolvem os elementos estudados (Bardin, 2016). Os procedimentos da análise e interpretação dos dados deste trabalho seguiu o disposto por Bardin. As entrevistas foram transcritas no formato de perguntas/respostas, formando assim um corpus (documento unificado das entrevistas). O Corpus textual foi submetido ao *software Iramuteq*, que resultou na contagem da frequência absoluta de palavras mais recorrentes nas entrevistas, gerando gráficos relevantes. Dentre eles optou-se pela utilização dos dois recursos do *Iramuteq*: a nuvem de palavras e a classificação hierárquica descendente (CHD).

4. Resultados e Discussões

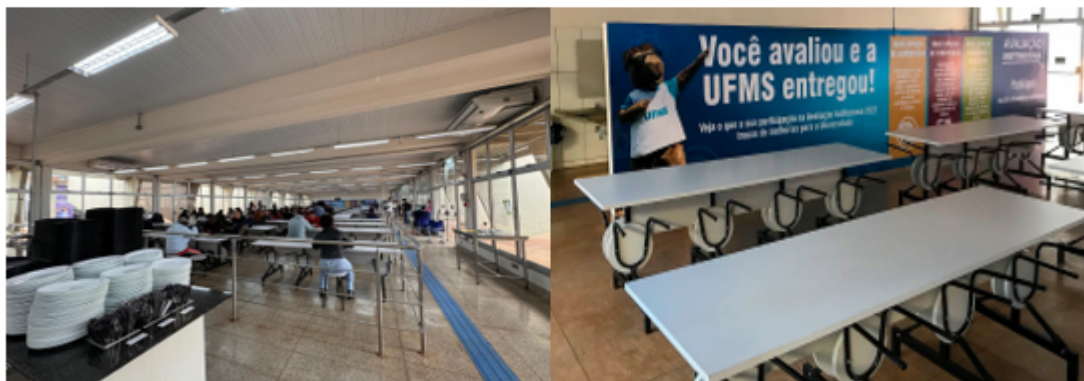
4.1 Processo de aquisição de alimentos pela UFMS

Os restaurantes da UFMS são administrados por empresas contratadas através de licitação, com o acompanhamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), e tem como principal propósito garantir a permanência dos estudantes na universidade e promover o bom desempenho acadêmico, através de uma alimentação adequada e acessível (UFMS, 2023). O funcionamento do RU da Cidade Universitária, acompanha o calendário acadêmico, atendendo estudantes e demais membros da comunidade acadêmica da UFMS. O restaurante oferece duas refeições diárias, almoço e jantar, composta por uma combinação de prato base¹, proteína ou porção vegetariana, guarnição, salada e sobremesa (UFMS, 2023).

Durante a pandemia da Covid-19, com a suspensão presencial das aulas, o RU passou por uma revitalização, resultando na ampliação do salão 1 do Restaurante, a instalação de piso tátil, decoração de adesivos do mascote da UFMS, o Capi, e frases motivacionais, conforme ilustrada na Figura 1 (UFMS, 2023).

¹ alimentos como arroz branco, arroz integral e feijão

Figura 1 - Revitalização do RU da Cidade Universitária - UFMS



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O RU é administrado sob regime de concessão onerosa de espaço público. A escolha da empresa do ramo de serviço de alimentação (cessionária), acontece por meio de processo licitatório, ficando a contratada responsável pela mão-de-obra especializada, bem como pela compra de matéria prima alimentícia e demais materiais necessários (UFMS, 2022).

A empresa contratada é responsável por todas as etapas, desde a aquisição de matérias-primas, recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, higienização e distribuição das refeições. A fiscalização do processo é realizada pela UFMS por meio de um fiscal de contrato, um servidor técnico-administrativo designado para monitorar a execução do serviço e atuar como representante da instituição perante a empresa contratada. A seguir, o entrevistado 1 apresenta a forma de gestão e o processo de aquisição de alimentos do Restaurante Sede da UFMS:

Atualmente, o RU é terceirizado. Tenho conhecimento que a terceirização acontece desde 2008, por empresas contratadas, por meio de pregão eletrônico. Em tese, tenho conhecimento básico sobre o PNAE, PAA e o Decreto nº 8.473/2015, e no termo de referência, documento que antecede a contratação da empresa, há uma cláusula destacando os critérios de sustentabilidade, na qual a aquisição dos alimentos servidos no RU será feita, **preferencialmente**, dos produtores rurais da Agricultura Familiar e suas organizações. Porém, até o momento, não houve iniciativa concreta por parte da UFMS para a aquisição dos alimentos da AF. (Entrevistado 1 UFMS).

O entrevistado revela que conhece a importância dos Programas, e que foi inserido intencionalmente no Termo de Referência a preferência pela compra de alimentos da AF, como forma de incentivar a empresa contratada a adquirir os alimentos da AF. Relata ainda que, tanto a UFMS, como a empresa contratada, têm interesse em utilizar os produtos da AF. Porém, conforme as palavras do entrevistado 2, há dificuldade em encontrar fornecedores que atendam a demanda:

O RU oferece, conforme acordo contratual, almoço e jantar durante a semana, e almoço aos sábados. Devido a cláusula existente no termo de referência, foi solicitado ao fornecedor principal dos hortifrutis a procedência dos produtos adquiridos. Posso dizer que de forma indireta, acontece a compra de uma pequena parte desses produtos da AF, pois o fornecedor principal que atende o RU, o CEASA/MS, realiza a compra de uma pequena parte dos hortifrutis de agricultores familiares. A maior

dificuldade/barreira para a aquisição desses alimentos é a falta de fornecedores locais que atendam a demanda do RU, pois até o momento não foram encontrados fornecedores que pudessem suprir a demanda do Restaurante. (Entrevistado 2 UFMS).

O RU da cidade Universitária de Campo Grande-MS realiza suas compras no mercado convencional, e uma pequena parte desses produtos, relacionada aos hortifrutis, fornecidos pelo CEASA/MS advém de agricultores familiares, assim, destaca-se que indiretamente o RU utiliza alguns produtos (parte folhosa) da AF.

O entrevistado 1 explica que em 2023, o Restaurante Universitário registrou uma média de 900 refeições diárias, um valor significativamente menor se comparado aos anos de 2018 e 2019, anteriores à pandemia, nos quais o RU servia em média 1.500 refeições por dia. Após a pandemia, houve uma redução considerável nesse número. No entanto, em 2024, já se sinaliza uma retomada desse quantitativo, e atualmente o RU está servindo uma média de 1.200 refeições diárias. A expectativa é que em breve ele retome sua média histórica de 1.500 refeições por dia.

Quando questionado sobre a preocupação com a produção local de frutas, legumes e verduras no estado de Mato Grosso do Sul, o entrevistado 3 revela que não há essa cautela, considerando a baixa demanda estadual. No entanto, existe o cuidado com a qualidade e a origem dos alimentos em relação aos princípios da soberania alimentar.

O Restaurante Universitário faz o consumo de frutas da época. Como o estado de MS não tem uma demanda grande de frutas não há a preocupação de que os mesmos sejam produzidos no estado, por esse motivo grande parte da demanda vem do estado de São Paulo, pois apesar de adquirir os produtos do CEASA/MS, a origem de grande parte desses produtos é do estado de São Paulo. Acredito que a soberania alimentar ajuda na qualidade dos alimentos, ao comprar, por exemplo, as frutas, legumes e verduras de época é percebido uma diferença na qualidade desses produtos, uma fruta mais doce, a verdura menos amarga, mais gostosa, o preço mais acessível (Entrevistado 3 UFMS).

A UFMS justifica o baixo volume dos produtos adquiridos aqui no estado, tendo em vista a dificuldade em encontrar fornecedores que atendam continuamente a demanda do RU. Ao questionar os entrevistados sobre as iniciativas que poderiam sanar a barreira da falta de fornecedores para aquisição das compras da AF, o entrevistado 2 relatou:

Já fiz contato uma vez com uma cooperativa de Campo Grande, a fim de que pudesse suprir a demanda do RU, porém a maior dificuldade é que a Cooperativa não faz a entrega dos produtos, ficando inviável para o RU fazer a retirada dos produtos diariamente (Entrevistado 2 UFMS).

Constata-se o interesse do RU em realizar as compras dos agricultores familiares, porém existe uma logística que precisa ser melhor ajustada e colocada em prática para a efetiva realização. O entrevistado 3 sugeriu realização de uma horta, pela UFMS, que pudesse atender a demanda do RU, servindo de um ponto fixo de venda, enquanto o entrevistado 1 informou que até o momento não houve iniciativas, mas que a entrevista motivou-o a pensar mais sobre o tema. Vale ressaltar que a efetividade da implementação do PAA-CI nas universidades federais e demais instituições federais depende, em grande medida, da coordenação de esforço entre gestores, lideranças das organizações e movimentos sociais para

garantir um salto na oferta de gêneros alimentícios para o abastecimento em quantidade e qualidade das universidades federais (Salgado, Souza, Ferreira, 2021).

Os entrevistados acreditam que, mesmo com a terceirização, é possível adquirir alimentos da AF para o RU, desde que existam fornecedores capazes de atender à demanda. Cabe destacar que o Mercado Escola da Agricultura Familiar, Figura 2, espaço recém inaugurado na UFMS, destinado a ser um entreposto para a comercialização de alimentos provenientes da AF, possa contribuir para a ampliação da oferta de alimentos, favorecendo o estreitamento das relações entre produtores e o RU e potencializando o comércio justo.

Figura 2 - Obras do Mercado Escola - UFMS



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O projeto do Mercado Escola vai além da comercialização de produtos nos boxes de venda que serão instalados, o espaço também desenvolverá atividades voltadas à educação e pesquisa com o objetivo de ensinar boas práticas. No andar superior do prédio, serão montados laboratórios que apoiarão estudos ao aprimoramento de técnicas de cultivo e transformação dos produtos (UFMS, 2021).

Os resultados obtidos na UFMS revelam um cenário otimista para a implementação de compras da agricultura familiar (AF). Embora as aquisições ainda sejam 100% realizadas no mercado convencional, há um grande interesse pela UFMS e pela empresa terceirizada em transformar essa realidade. A colaboração entre os envolvidos pode abrir caminho para avanços significativos no processo de compra. Com o recente início das atividades do Mercado Escola, a UFMS ganha um aliado importante que pode impulsionar e facilitar a concretização dessas aquisições de AF.

4.2 Processo de aquisição de alimentos pela UFGD

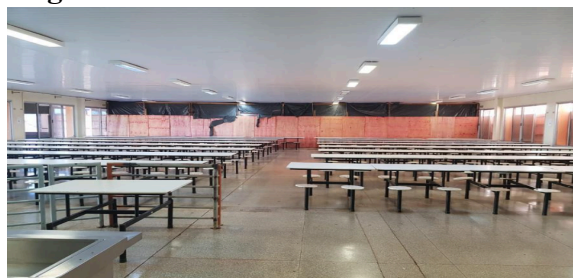
O Restaurante Universitário da UFGD, conforme ilustrado na Figura 3, opera com o fornecimento de duas refeições diárias aos estudantes, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes (UFGD, 2024). A gestão do serviço do restaurante é terceirizada por meio de um processo licitatório, onde uma empresa contratada é selecionada para oferecer refeições de qualidade com baixo custo para a comunidade universitária. Durante a pandemia da Covid-19, com a suspensão temporária das aulas, a PROAE realizou uma reforma no RU, recebendo equipamentos novos para melhor atender a comunidade acadêmica, a Figura 4, revela as melhorias.

Figura 3 - RU da UFGD



Fonte: UFGD (2023)

Figura 4 - Reforma do RU da UFGD



Fonte: UFGD (2020)

Assim como no Termo de Referência da UFMS, a UFGD também incluiu uma cláusula com a orientação de que a empresa contratada adquira produtos da AF, demonstrando sua atenção ao cumprimento das normativas. Observa-se que diferente da UFMS, a UFGD utiliza o verbo “**deverá** ser destinado, sempre que possível” demonstrando a obrigatoriedade da Instituição contratada de que as compras da AF sejam de fato realizadas. Outra observação verificada é que no Termo de Referência é apontado o dever da contratada em valorizar a culinária regional e sazonal, uma atenção voltada à soberania alimentar.

Do total dos recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pela CONTRATADA, no mínimo 30% **deverá** ser destinado, sempre que possível, à aquisição de produtos de agricultores familiares e de suas organizações. O detalhamento desta exigência encontra-se no item “Da Qualidade dos Gêneros Alimentícios” (UFGD, 2024).

A CONTRATADA **deverá** valorizar em seu cardápio, os alimentos e preparações culinárias regionais e sazonais, priorizando as espécies nativas da sociobiodiversidade brasileira, conforme a Portaria Interministerial MAPA/MMA nº 10, de 21 de Julho de 2021 (UFGD, 2024).

O entrevistado 4 relata saber que a UFGD terceiriza a gestão do RU, desde 2006, e utiliza a modalidade de licitação - Pregão Eletrônico baseado no Menor Preço. Afirma ainda ter conhecimento das políticas voltadas ao incentivo da AF nas refeições servidas nos RUs, e do Decreto nº 8.473/2015, porém relata que nunca houve a fiscalização das notas fiscais da empresa contratada, a fim de constatar a porcentagem de aquisição de gêneros alimentícios da AF. Mas que a partir deste novo contrato, será realizada a fiscalização.

Na UFGD existe um setor responsável por acompanhar as atividades do RU, e essa equipe é composta pelo Gestor do contrato, Fiscal técnico e Fiscal trabalhista. Hoje o RU é terceirizado, na verdade sempre foi terceirizado, acabamos de passar por uma licitação e nova empresa iniciou suas atividades em abril deste ano. Tenho conhecimento que desde 2006 o RU é terceirizado (Entrevistado 4 UFGD).

Até o contrato anterior a gente não fiscalizava a questão das notas para verificar a porcentagem de aquisição da AF, apenas informava que a empresa deveria dar preferência aos alimentos da AF e Projetos da Universidade. No nosso entendimento até a publicação do Decreto novo publicado em 2023, esses 30% englobava apenas a Universidade e não a empresa terceirizada, mas o Decreto de 2023 reforçou essa determinação o que nos motivou a inserir a cláusula no contrato e a efetiva fiscalização durante a vigência desse novo contrato com a empresa terceirizada (Entrevistado 4 UFGD).

O Decreto n. 11.802/2023, mencionado pelo entrevistado, reforça a determinação no âmbito da Administração Pública, no seu art. 4º apresenta essa obrigatoriedade também às empresas contratadas pela Administração Pública (Brasil, 2023).

Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, no mínimo, trinta por cento deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, por meio da modalidade de compra institucional.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se às aquisições ou ao fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos em edital (Brasil, 2023)

Há situações em que o Decreto menciona que as Instituições poderão deixar de observar esse percentual, mas em casos excepcionais, quando ocorrer: a desconformidade do produto ou de sua qualidade; quando a produção de demanda for insuficiente na região; ou nas aquisições classificadas como especiais, esporádicas ou emergenciais, com a devida justificativa (Brasil, 2023). Ao entrevistar o participante 5, o mesmo informou que atua como representante do RU desde o final de 2023, e que nesse período que iniciou suas atividades no RU, o número de refeições servidas diariamente, no final do ano de 2023, girava em torno de 1000 (mil) refeições diárias.

No final de 2023, o RU serviu em média 1000 (mil) refeições diárias, já em 2024, esse número aumentou para uma média de 1300 (mil e trezentas) refeições diárias entre almoço e jantar. O valor cheio da refeição servida no RU é 15,72, porém praticamente todos os estudantes possuem algum subsídio, pagando apenas um valor mínimo ou tendo a isenção total dessa cobrança (Entrevistado 5 UFGD).

Quando questionado sobre a procedência dos gêneros alimentícios utilizados no RU da UFGD, foi informado que boa parte dos produtos advém do mercado convencional, no qual o CEASA/SP é o maior fornecedor da empresa, e que eventualmente, quando necessitam de produtos extras, recorrem então à Cooperativa da região a COOPERAPOMS, adquirindo alguns produtos da AF.

A maioria dos nossos produtos hortifrutis vem do CEASA/SP. A compra é realizada para o atendimento de 15 dias, os produtos vêm em uma embalagem com tecnologia que auxilia a duração mais prolongada dos alimentos. Porém, quando há a necessidade de adquirir produtos extras, para suprir a demanda do RU, essa aquisição complementar vem 100% dos agricultores familiares, o RU aciona a COOPERAPOMS para a realização dessas compras (Entrevistado 5 UFGD).

O entrevistado tem pleno conhecimento das políticas públicas existentes, voltadas ao incentivo da AF, relata que é de grande interesse conseguir realizar a compra diretamente dos agricultores familiares, mas existem alguns desafios que impedem que essa realidade de fato seja implementada hoje na UFGD.

O entrevistado 4 confirma que esses impasses realmente existem, mas acredita que algo pode ser feito, para melhorar a situação, e que o RU precisa dar o primeiro passo, ou seja, dar preferência às compras da AF e a demanda não sendo suficiente, aí sim, parte para o mercado convencional. Relatou também sobre um projeto iniciado em 2023 uma parceria da UFGD junto à Prefeitura de Dourados, voltado para a alimentação escolar, envolvendo a conscientização, o projeto seria iniciado na UFGD através do PAA-CI, porém dado o

movimento de greve deflagrado na Universidade, no momento em que as entrevistas foram realizadas, o projeto ainda não foi iniciado.

Ano passado tivemos contato com um grupo de pessoas para estimular a AF, trata-se de um projeto da Universidade com a Prefeitura de Dourados que envolve a alimentação escolar, e íamos começar aqui na UFGD com o PAA-CI, onde alguns grupos trabalhariam a conscientização, mas foi bem no final do ano e entrou a greve que acabou paralisando o andamento desse projeto (Entrevistado 4 UFGD).

A questão da documentação é outro desafio que as Instituições enfrentam, no âmbito das aquisições envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a burocracia está presente na parte da documentação, atrasando o desenvolvimento da chamada pública e a realização dos pagamentos (Giombelli, 2018).

Apesar da construção de um ambiente favorável, até o momento não houve uma ação concreta por parte da UFGD ou do RU voltada a implementar essa prática. O participante reconhece a diferença entre os produtos oferecidos pelos agricultores familiares e o mercado convencional, acredita que utilizar os produtos da AF é vantajoso, em termos de qualidade, porém no momento não é a realidade da UFGD.

Sim, percebo a diferença entre os produtos. O CEASA/SP oferece produtos bons, de qualidade e os produtos fornecidos pela cooperativa se assemelham, e tem o diferencial que são produtos mais frescos, porque são produzidos aqui na região (Entrevistado 5 UFGD).

A atual empresa que gerencia o RU, está à frente do Restaurante há apenas dois meses, mas, foi possível perceber que tem muito interesse em realizar as compras de gêneros alimentícios da AF, conforme as palavras do entrevistado 5. Enquanto, o entrevistado 6, reforça a importância de implementar essa prática na UFGD, e o quanto esses alimentos poderiam trazer benefícios aos comensais².

Acredito que a esfera pública poderia atuar de forma mais participativa, junto aos agricultores e a instituição, para que de fato essa ação seja implementada aqui na UFGD. Acredito também que reuniões futuras irão acontecer junto à UFGD para tratar melhor essa questão (Entrevistado 5 UFGD).

Gostaríamos muito de adquirir esses produtos aqui mesmo no estado. Acredito que os produtos são mais saudáveis e nutritivos, e com uma qualidade melhor, com menos agrotóxicos além de ser possível saber a procedência desses alimentos (Entrevistado 6 UFGD).

Embora as ações aqui destacadas pela UFGD sejam incipientes, e que até o momento a grande parte das compras do RU são realizadas no mercado convencional, existe o potencial para reverter essa situação por meio de uma reestruturação do processo e uma aproximação entre os atores envolvidos, viabilizando a efetivação dessas aquisições.

4.3 Análise de Dados Complementares com o Iramuteq

A análise dos dados textuais, desenvolvida com o *software Iramuteq*, teve como objetivo compreender as categorias identificadas nas entrevistas da UFMS e UFGD. As

² Usuários do Restaurante Universitário.

respostas das entrevistas foram transcritas, formando um Corpus Textual que foi submetido ao *Iramuteq*. A análise gerou gráficos, dentre eles foram escolhidos a nuvem de palavras, apresentada a seguir, e a classificação hierárquica descendente.

Figura 5 - Nuvem de palavras das entrevista realizadas na UFMS e UFGD



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A nuvem de palavras na Figura 5 apresenta uma visão geral das palavras mais frequentemente utilizadas nas 6 entrevistas realizadas com os participantes. Esse recurso tem como objetivo demonstrar, de forma gráfica, aquelas palavras que obtiveram destaque dentro de um texto (entrevistas), de forma que as palavras mais frequentes ficam no centro e em maior tamanho (Silva *et al.*, 2019). Permitindo uma análise dos diferentes termos da figura, auxiliando a entender os resultados apresentados.

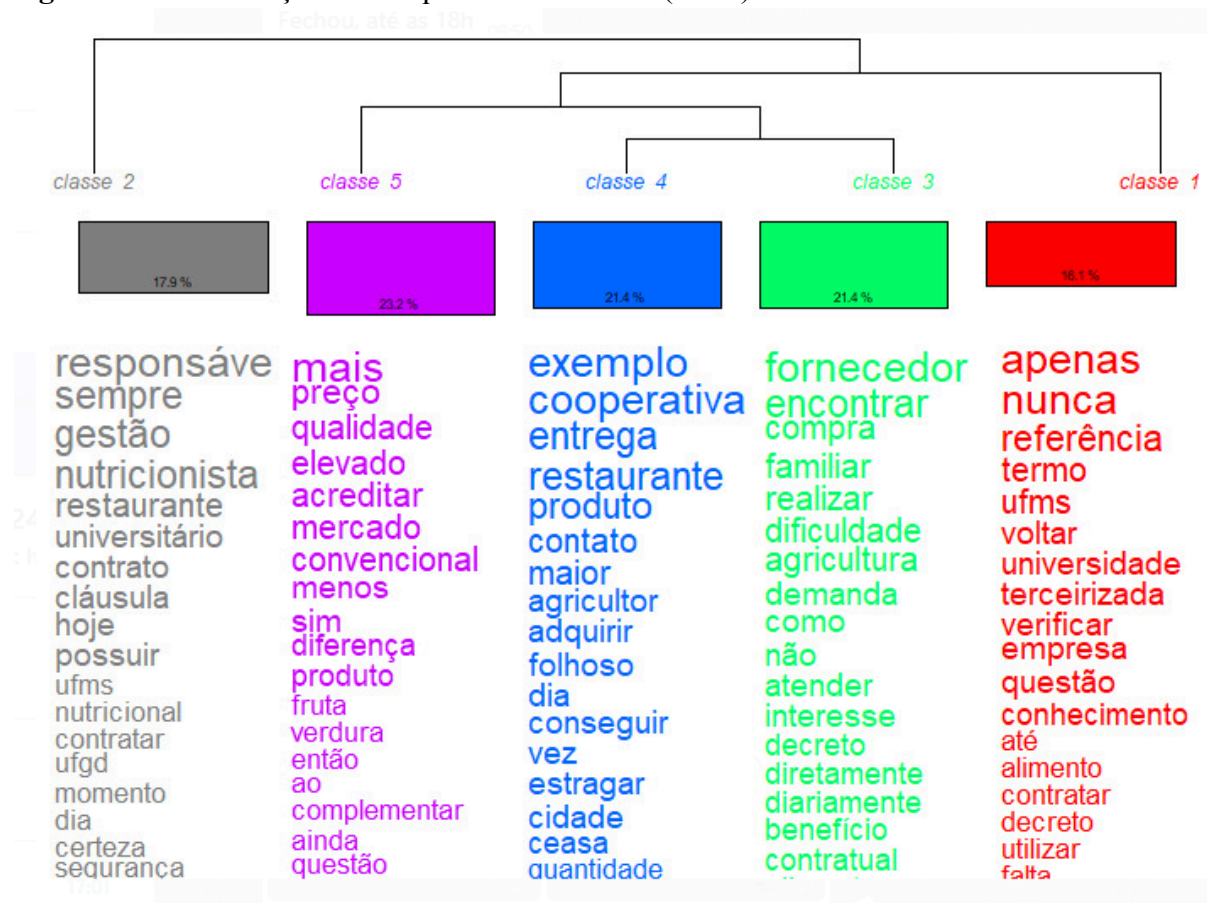
Considerando que as palavras maiores são as que têm o maior número de repetições no conjunto total dos textos (entrevistas), identificou-se em primeiro plano que os vocábulos mais utilizados (substantivos e adjetivos) ‘restaurante’, ‘produto’, ‘universitário’, ‘agricultura’ e ‘familiar’ estão diretamente relacionados ao objeto da pesquisa, sendo esperado esse volume expressivo de repetições, uma vez que os entrevistados sempre reportavam aos termos em suas falas.

Em segundo plano aparece as palavras ‘agricultor’, ‘aquisição’ e ‘cooperativa’, evidenciando que a prática de aquisição dos produtos da AF ainda não é uma realidade nas Instituições. Para melhor entender o significado de cada palavra dentro do contexto das entrevistas, foi necessário revisar as mesmas, e identificar os sentidos atribuídos pelos entrevistados. Desta forma, as palavras ‘intenção’, ‘interesse’ e ‘iniciar’ embora em segundo plano, revelam que não é uma prática nas instituições realizar compras de produtos da AF, porém existe o entendimento da importância dessa ação, e o verbo ‘iniciar’ relaciona-se ao interesse dos entrevistados na implementação da ação.

O segundo recurso utilizado foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), essa análise permite a classificação dos trechos do texto de acordo com os vocabulários

semelhantes e de acordo com a frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Essas classes refletem o contexto de significado das palavras e podem indicar representações sociais ou elementos relacionados ao objeto social estudado (Camargo; Justo, 2013).

Figura 6 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme ilustrado na Figura 6, foram identificadas 5 classes, sendo que cada classe contém o percentual de sua representatividade em relação ao todo. É possível observar o posicionamento hierárquico das classes da seguinte forma. A classe 2 (cinza) contém um tema que sustenta as demais classes, pois a primeira chave de ligação que está na parte superior da figura relaciona-se com a classe 1, interligando a segunda chave de ligação que relaciona-se com a classe 5, que sustenta as classes 4 e 3.

Uma segunda observação ainda sobre o posicionamento das classes é o agrupamento de temas entre a classe 4 (azul) e a classe 3 (verde) unidos por uma chave, significando a existência de proximidade entre elas.

Analisando o percentual de representatividade, a classe 5 é a classe dominante com 23,2%, apresentando os vocábulos ‘preço’, ‘qualidade’, ‘mercado’ e ‘convencional’, dentre os termos que mais aparecem nas entrevistas realizadas. Assim, retomando ao contexto das entrevistas, os substantivos ‘preço’ e ‘mercado’ tem uma relação direta com a compra dos alimentos nos RUs, pois o fator preço é um dos mais importantes, direcionando o local onde são concretizadas as aquisições, influenciando diretamente a escolha, enquanto o adjetivo ‘convencional’ relaciona-se ao resultado dessa escolha, no caso das Instituições, categoriza o local onde os produtos são de fato adquiridos, e neste caso a UFGD realiza a maioria das

compras no mercado convencional, enquanto a UFMS realiza 100% de suas compras também neste mercado.

O adjetivo ‘qualidade’ também desempenha um papel importante na aquisição de alimentos, pois no contexto das entrevistas, reflete a importância que as instituições atribuem aos alimentos que servem. A análise revela que tanto o mercado convencional quanto os produtos da Agricultura Familiar (AF) são percebidos como de qualidade semelhante. Portanto, a qualidade não constitui um obstáculo para a compra de alimentos da Agricultura Familiar.

As classes 4 e 3, apresentam um empate percentual de representatividade com 21,4% cada uma, o que implica dizer que as classes possuem a mesma proporção de ocorrência ou importância em relação ao todo. E que a proximidade de temas, unidas pela chave de ligação, induz que há uma conexão entre elas, abordando aspectos semelhantes ou complementares.

Constata-se que a classe 4 inclui termos relacionados a tentativa das instituições, e mais especificamente da UFMS, em explorar e conhecer um pouco o mercado da AF, retomando o contexto das entrevistas, o termo ‘contato’ remete ao momento em que houve a tentativa de comunicação com a Cooperativa da cidade de Campo Grande para analisar a disponibilidade e a ‘entrega’ dos produtos da AF. Tal procedimento visava a possibilidade de ‘adquirir’ os produtos da Cooperativa, a seguir relatos da entrevista sobre o termo contato.

Já fiz contato uma vez com uma cooperativa de Campo Grande, a fim de que pudesse suprir a demanda do RU, porém a maior dificuldade é que a Cooperativa não faz a entrega dos produtos (Entrevistado 2 UFMS).

No mesmo sentido, a classe 3 complementa a classe 4, uma vez que o verbo ‘encontrar’ o substantivo ‘fornecedor’ e o adjetivo ‘dificuldade’ são termos utilizados pelos entrevistados para justificar as fragilidades existentes na realização das compras, evidenciando as limitações estruturais e operacionais que interferem o processo. Por sua vez, a classe 1 está na posição inversa da classe 2, indicando temáticas mais distantes e opostas.

Dessa forma, as análises realizadas no *software*, a partir dos dois recursos gráficos utilizados, reportando ao referencial teórico e às entrevistas, trouxeram perspectivas complementares à análise de conteúdo, demonstrando uma escolha assertiva para o enriquecimento da pesquisa.

Em atendimento ao objetivo 2, foi elaborado o Quadro 2 com algumas diretrizes que poderão auxiliar o processo de aquisição de alimentos da AF na UFMS e UFGD.

Quadro 2. Diretrizes para o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar nos RUs da UFMS e UFGD.

Diretrizes	Ação	Tempo para realização	Formas para Implementação	Responsáveis
1. Conscientização dos atores envolvidos (Universidades, Representante dos RUs e a Sociedade) quanto aos benefícios que as compras da AF podem trazer para os usuários dos RUs e para a região.	Promoção de conscientização por meio da divulgação e disponibilização da presente investigação.	Curto prazo	Disponibilização do trabalho final aos atores envolvidos, na página da Instituição e publicação em periódicos.	Autora da pesquisa
2. Maior envolvimento dos atores no processo, principalmente os gestores das Instituições e os Representantes dos RUs.	Maior engajamento dos gestores das Universidades em promover reuniões com os demais atores.	Curto e médio prazo	Agendamento de reuniões periódicas com os Representantes dos RUs e os atores políticos.	UFMS e UFGD
3. Divulgação por parte das Universidades quanto ao interesse em adquirir os produtos da AF, como forma de incentivar a produção local pelos agricultores familiares.	Promoção de campanhas, chamadas públicas para cadastro de agricultores locais por parte das Instituições.	Curto e médio prazo	Publicação de editais e divulgação de notícias que de fato cheguem até o Agricultor Familiar e Cooperativas.	UFMS e UFGD
4. Chamamento da comunidade interna e externa para a possível execução de uma Horta que consiga atender, ao menos a parte folhosa dos RUs	Campanhas por parte das Universidades que envolvam a sociedade interna e externa.	Médio prazo	Reuniões rotineiras com os estudantes, professores da área e demais representantes da comunidade interna e externa às Universidades para que possam auxiliar nessa ação.	UFMS e UFGD
5. Fortalecimento governamental voltado à região Centro-Oeste para o desenvolvimento da AF, relacionado ao aumento da produção de forma que os preços praticados não sejam mais elevados do que os praticados no mercado convencional.	Maior engajamento governamental	Anual	Atuação dos governantes junto aos Agricultores Familiares, observando a realidade dos agricultores e das Cooperativas localizadas na região Centro-Oeste.	Governantes/Sociedade

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

5. Considerações Finais

A partir dos dados analisados, constatou-se que tanto a UFMS quanto a UFGD terceirizam a gestão dos seus RUs, contratando empresas especializadas para gerenciar a alimentação servida. No caso da UFMS, o processo de compras é realizado 100% no mercado convencional, não detectando compras da AF. Já na UFGD, embora a maior parte das compras também ocorra no mercado convencional, há casos em que produtos da AF são adquiridos esporadicamente.

Quanto ao primeiro objetivo específico que propôs analisar a existência de possíveis entraves, fragilidades e potencialidades que permeiam o processo de compra de alimentos provenientes da AF pelos RUs: foram identificadas várias dificuldades apontadas pelos entrevistados da UFMS e da UFGD, para a efetivação dessas compras, incluindo questões relacionadas ao preço, à disponibilidade dos produtos, e pouca interação entre os envolvidos, indicando a necessidade de um planejamento mais eficaz. Além disso, os preços mais elevados praticados pelos agricultores familiares em comparação ao mercado convencional representam um desafio para a aquisição dos alimentos da AF.

Em relação ao segundo objetivo específico que propôs ações mais ajustadas e inclusivas para o aprimoramento do processo de aquisição de produtos provenientes da AF pelas IFES analisadas, foi elaborado o Quadro 2 com Diretrizes destinadas a auxiliar as ações das instituições UFMS e UFGD no processo de compras de produtos da AF em seus RUs. Desta forma, as instituições analisadas terão acesso a um conjunto estruturado de orientações para aprimorar o processo de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (AF). Cada diretriz detalha a ação recomendada, com orientação de como a ação pode ser executada. Essas informações visam facilitar a aplicação prática das melhorias sugeridas, permitindo que as instituições planejem e implementem mudanças de maneira organizada e eficiente.

Retomando ao objetivo principal da pesquisa, tendo em vista os resultados encontrados e as reflexões realizadas, constata-se que as Instituições UFMS e UFGD reconhecem a importância de adquirir os alimentos da AF, mas poucas ações foram efetivamente realizadas para impulsionar esse movimento. Apesar da abertura de espaço e do reconhecimento das limitações existentes por parte das Universidades, o estudo revela que, desde a publicação do Decreto n. 8.473/2015, essas instituições não conseguiram implementar essa prática em seus RUs.

No entanto, foi identificado um potencial para melhorar o processo de compras, visto que tanto a UFMS quanto a UFGD demonstraram disposição para fortalecer a colaboração entre os atores envolvidos, o que pode resultar em avanços significativos. Além disso, vale destacar que o Mercado Escola, recém inaugurado na UFMS, pode atuar como um impulsionador, facilitando a concretização dessas aquisições.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o curto período de tempo para a conclusão, influenciando a capacidade de fazer levantamentos mais detalhados nas Instituições, e de expandir as entrevistas aos gestores da UFMS, e agricultores da região para uma visão mais ampla. Para futuras pesquisas, sugere-se o levantamento atual dos agricultores familiares atuantes no estado de MS e na região Centro-Oeste, uma análise da capacidade de produção, e da disponibilidade para atender as Instituições envolvidas, bem como outras que demonstrem interesse na implementação dos produtos da AF. Outra sugestão é replicar esta pesquisa em momento posterior para avaliar o progresso das Instituições analisadas.

Por fim, ressalta-se a importância da incorporação de alimentos da Agricultura Familiar nos RUs como um meio de promover um comércio justo e inclusivo. Esse vínculo fortalecido entre as universidades, a sociedade e os agricultores familiares contribui para a

oferta de uma alimentação mais saudável, ao mesmo tempo que alinha suas práticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Referências

AZEVEDO, P. F. Emergência de Instituições de Mercado: *a criação de mercados como política para a agricultura*. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 209- 228.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, L. S. *As compras institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: dietas sustentáveis em restaurantes universitários*. 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.696, de 2 de Jul. de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 02 dez. 22.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16 de jun. de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 10 dez. 22.

BRASIL. *Decreto nº 7.775, de 4 de jul. de 2012*. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF, julho de 2012.

BRASIL. *Decreto Nº 11.802, de 28 de nov. de 2023*. 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

BRASIL. MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ICLEI, Governos Locais pela Sustentabilidade. *Guia de compras públicas sustentáveis para Administração Federal*. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/materiais-de-apoio/biblioteca-digital/guia-de-compras-publicas-sustentaveis-para-a-administracao-federal-iclei_mpog.pdf> Acesso em 11 mar. 2024.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, SP v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CARDOSO, C. I. X. S.; MENEZES, D. P. S.; SOUZA, A. M.; BAUDEL, R. M.; CALAZANS, D. L. M. S. Restaurante Universitário da UFPE: uma abordagem sistêmica. *Revista Gestão Universitária Na América Latina-GUAL*, SC, v. 11, n. 3, p. 211-234, 2018.

GIOMBELLI, G. P. *Transição sustentável das compras públicas de alimentos: o caso dos restaurantes das universidades federais no estado do Paraná*. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) - UFFS, Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

LIMA, F. A. A.; PAIÃO, A. F.; TRICHES, R. M. Conciliando cardápios saudáveis e sustentáveis com menor custo em restaurante universitário. *Interfaces Científicas-Saúde e Ambiente*, SE, v. 9, n. 2, p. 245-260, 2023.

PARIZOTTO, L. D. *Aquisição de alimentos da agricultura familiar para restaurantes universitários: estudo de caso em um campus da universidade federal da fronteira sul*. 2019. 184 f. Tese (Doutorado) - Unochapecó, Santa Catarina, 2019.

PITALUGA, C. M.; BOURLEGAT, C. A. Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. *Retratos de Assentamentos*, SP, v. 25, n. 1, p. 69-93, 2022.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M.; SOUZA W. J. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. *Mundo Agrário*, Buenos Aires v. 21, n. 46, p. 137-137, 2020.

SALGADO, R. J. S. F.; SOUZA, W. J. D.; FERREIRA, M. A. M. Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, DF, v. 60, n. spe, p. e248030, 2021.

SANTOS, A. C. M.; FELIX, T. S. *Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos-Modalidade Compra Institucional na Universidade Federal de Alagoas: avanços e retrocessos*. 76f. 2022. Dissertação (Graduação em Serviço Social) - UFAL, Maceió, AL, 2022.

SANTOS, F. R. *Incorporação de critérios de sustentabilidade nas compras públicas da Universidade Federal da Grande Dourados*. 2018. 88f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - UFGD, Dourados, MS, 2018.

SILVA, M. B. O.; MOREIRA, M. C. S.; ARRUDA, D. O.; MARIANI, M. A. P. Como os turistas provenientes de países do Corredor Bioceânico “enxergam” os atrativos turísticos de Bonito, MS: uma análise calcada em princípios da netnografia. *Interações*, MS v. 20, p. 91-106, 2019.

SOUZA, Y. S. O. O uso do software Iramuteq: fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, RJ, v. 21, n. 4, p. 1541-1560, 2021.

TRICHES, R. M.; RANZI, M.E.; TEO, C. R. P. A.; RUIZ, E. N. F. Iniciativas de compras Públicas de Produtos da Agricultura Familiar para os Restaurantes Universitários. *Revista Grifos*, Santa Catarina, v. 32, n. 59, p. 01-21, 2023.

UFGD. 2022-2026 *PDI da UFGD*. 2021 Disponível em:
<https://portal.ufgd.edu.br/secao/pdi-2022-2026/pdi-versao-final>. Acesso em 21 jun. 2023.

UFGD. *Edital de licitação Pregão Eletrônico n. 1/2024*. Dourados-MS, 2024.
Disponível em:
<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/LICITACAO/edital%20e%20anexos%20PE%20012024.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

UFMS. *Edital de licitação Pregão Eletrônico n.03/2022*. Campo Grande-MS, 2022.
Disponível em:
<https://proadi.ufms.br/pregao-eletronico-no-03-2022-contratacao-de-pessoa-juridica-para-prestacao-de-servicos-de-alimentacao-preparo-e-distribuicao-de-refeicao-almoco-e-jantar-por-meio-da-operacionalizacao/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

UFMS. 2020-2024. *PDI/PPI da UFMS*. 2023 Disponível em:
<https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2023/06/pdi-ppi-2020-2024-v2.2-web.pdf>. Acesso em 21 jun. 2023.

UFMS. *Mercado Escola será referência em assistência técnica e comercialização para o Brasil*. Campo Grande-MS, 2021. Disponível em:
<https://www.ufms.br/mercado-escola-sera-referencia-em-assistencia-tecnica-e-comercializacao-para-o-brasil/>. Acesso em: 31 jul. 2024.